

NOTÍCIA

MODERNOS BANDEIRANTES, ANTIGOS INTERESSES: A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU E A CONQUISTA DA FRONTEIRA OESTE (1938-1948)

THAYS FREGOLENT DE ALMEIDA*

Introdução

Pensar a História do Brasil é também pensar os processos de conquista e ocupação do território nacional. Durante mais de quatro séculos, grande parte da população do Brasil, ou antes, do que veio a ser o Brasil, estava concentrada no litoral e nas cercanias. Já no período colonial houve movimentos de conquista nos sertões, empurrando para o Oeste a fronteira colonial. Do Recôncavo Baiano, das vilas açucareiras de Pernambuco, no Planalto Paulista e quase todos dos pontos do litoral saíram colonos na direção do Oeste, rumando ao Brasil de dentro, a caça de homens, terras e metais. Esse movimento é antigo e, no limite, se estende até os dias de hoje, quando a lavoura da soja e as pastagens agropastoris penetram na Amazônia, já tendo vencido o Cerrado, onde, entre as décadas de 1930 e 1950, foram construídas cidades inteiras, metrópoles do porte de Goiânia e Brasília. A Expedição Roncador-Xingu (1943-1948), objeto de nossa pesquisa, faz parte dessa longa história, certamente polissêmica e multifacetada, que poderíamos chamar de Conquista do Oeste.

O Estado Novo (1937-1945) representou um momento central da mobilização simbólica e concreta da expansão territorial brasileira. Através da Campanha da Marcha para o Oeste, cuja ponta de lança foi a Expedição Roncador-Xingu, lançou-se as bases de um ambicioso projeto político: fazer coincidir a “fronteira econômica” e a “fronteira política” do país. Promovida como a grande promessa do desenvolvimento econômico e social, a Marcha para o Oeste foi projetada através da apropriação do bandeirantismo como símbolo, valendo-se do ímpeto desbravador e expansionista a ele associado através de um longo processo historiográfico.¹

As medidas de territorialização da autoridade e de incorporação de novas regiões à economia nacional promovidas pelo Estado durante a década de 1940 estavam enraizadas em um jogo político multifacetado, de modo a atender a interesses e aspirações de diversos setores da sociedade brasileira. Ao passo que obedecia a uma política de defesa do território frente às ameaças externas relacionadas com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, as atividades da Marcha reforçavam a centralidade dos militares, importante setor aliado de Getúlio Vargas, nos rumos da política brasileira e na construção da soberania nacional. Por outro lado, a Marcha respondia a um projeto de intervenção econômica para o país, questão de alta relevância para importantes segmentos da elite brasileira, sobretudo a elite industrial do Sudeste, fundamentalmente, do Estado de São Paulo.²

Cabe lembrar que durante as últimas décadas do século XIX e, sobretudo, as duas primeiras do século XX, São Paulo despontou como polo da modernidade, do progresso e do desenvolvimento agroindustrial. A autonomia econômica e a influência do estado sobre o Governo Federal, consolidadas durante a Primeira República, caíram por terra junto à

“Revolução de 30”. Revogada a Carta Constitucional de 1891, cujos princípios asseguravam o liberal sistema federativo, os conflitos e as disputas entre o estado de São Paulo e o Governo Central assistiram diversos capítulos entre 1930 e 1945. A insatisfação iniciada após a substituição do Presidente do estado por um interventor pernambucano, o militar João Alberto Lins de Barros, culminou no conflito armado de 1932. Após a derrota do movimento e da efêmera conciliação promovida pela Carta de 1934, a instauração da Lei de Segurança Nacional no ano seguinte seria o prelúdio da derrota do projeto dos liberais paulistas, que se consumaria com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937.³

Nota-se que Getúlio Vargas anunciou, junto ao novo Governo, um ambicioso projeto de exploração e integração econômica dos “fundos territoriais”⁴ do país. A Campanha da Marcha para o Oeste, promovida através da evocação do “espírito bandeirante”, consistia na ampliação e no fortalecimento do mercado nacional. O projeto respondia a interesses do setor industrial, principalmente o paulista, que desde 1937 havia começado um movimento de aproximação com o poder Federal e de apoio a nova política de intervencionismo econômico do Estado.⁵ Não é interesse dessas linhas desvelar a querela entre o Governo Federal e estadual, mas apontar que a Marcha para o Oeste representou um ponto de inflexão na política entre o estado de São Paulo e o Governo Vargas. É o próprio presidente Getúlio Vargas, em simbólico discurso no dia primeiro de janeiro de 1938, quem lança as bases do ambicioso projeto:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá

teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.⁶

É, portanto, através da apropriação do discurso acerca dos antigos bandeirantes que Getúlio Vargas projeta o futuro do Brasil. Conforme aponta a historiadora Elizabeth Cancelli, os esforços da Marcha para o Oeste, que se iniciaram nessa primeira transmissão radiofônica, foram articulados de modo a retificar uma grande mítica nacional: “a de que ainda não somos, mas ainda seremos”.⁷ A escolha do bandeirantismo como símbolo do novo projeto de Brasil não nos parece fortuita, pelo contrário, revela a preocupação do Governo Federal em contemplar a paulistanidade e a proeminência do estado de São Paulo nos rumos da política nacional. Tendo em vista o histórico de desavenças iniciado em 1930, destacamos a dimensão da Marcha para o Oeste que desempenha ao mesmo tempo um projeto econômico para o país e uma perspectiva de reconciliação política entre o Governo Vargas e a elite industrial de São Paulo.

No final da década de 1930, a memória acerca dos antigos bandeirantes, estimulada por intelectuais paulistas em pleno acordo com as pretensões hegemônicas da elite do estado, já havia se consolidado como o lastro histórico do empreendedorismo e da identidade paulista.⁸ Evocar o “espírito bandeirante” como o cerne do novo projeto era evocar a centralidade de São Paulo para a sua realização. A Expedição Roncador-Xingu, amplamente divulgada na imprensa paulista como moderna bandeira, recebeu generosa acolhida dos representantes do setor industrial paulista, responsáveis por grande parte das doações que aparelharam a expedição. Conforme afirmou o jornal *A Noite*, em 10 de junho de 1943,

“os paulistas” foram responsáveis por doar “motores próprios para embarcações fluviais, apetrechos de campanha e outros utensílios de fabricação industrial”.⁹ A articulação estabelecida entre o âmbito federal e estadual em torno da expedição, responsável por garantir o apoio político e econômico do adentramento e por reajustar a centralidade de São Paulo no rumo da política nacional, será explorada de modo a desvelar a dimensão conciliatória presente na Marcha para o Oeste.

A Marcha para o Oeste: a caminho do Xingu

Estudar a conquista e ocupação do território nacional durante os anos 1940, pressupõe o entendimento da longevidade desse movimento e da centralidade desta temática na historiografia e no pensamento social brasileiro¹⁰. Teóricos como Roger Chartier (1990) e Michel de Certeau (1982), chamaram a atenção para as complexas relações entre a formulação e a difusão de discursos e a mobilização de consciências, interesses e ações concretas, públicas ou privadas. Partindo do pressuposto que o pensamento intelectual exerce importante função na formulação de agendas públicas, é de alta importância considerarmos o investimento discursivo em torno da expansão para o Oeste, que perpassa pela centralidade da temática do “sertão” no pensamento social brasileiro. Como aponta o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes:

É no bojo de muitas descrições cronológicas de lugares sertanejos que a tese do desconhecimento geográfico como critério qualificador do sertão ganha corpo. Nesse sentido, por lógica, o devassamento intelectual do sertão seria o pioneiro passo de sua superação

prática enquanto tal. Conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão.¹¹

Construída pela produção intelectual enquanto realidade simbólica por muitas vezes relacionada a regiões desconhecidas, isoladas e distantes, o “sertão” também se configurou enquanto categoria de interpretação do Brasil, tendo sido utilizada de diferentes maneiras em diferentes períodos. Janaína Amado aponta que “entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, ‘sertão’ chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira”.¹²

Durante esse mesmo período as políticas de intervenção sobre o território nacional passaram a assumir centralidade crescente no âmbito das preocupações estatais. É o caso da expansão do telégrafo, grande projeto de reconhecimento do território nacional e promoção dos meios de comunicação durante a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.¹³ O país passava a ser visto como um espaço a ser conquistado, especialmente os estados de Mato Grosso, Goiás e Amazonas, regiões que não haviam sido contempladas pelo circuito telegráfico imperial e que, não por acaso, seriam as mesmas percorridas pela “Comissão Rondon”¹⁴ e, posteriormente, pela Expedição Roncador-Xingu.

Criada em 3 de junho de 1943, através da Portaria nº 77 da *Coordenação de Mobilização Econômica* (CME), a Expedição Roncador-Xingu representou um passo decisivo do projeto de conquista e desenvolvimento dos “fundos territoriais” do país. Conforme o documento de sua criação a expedição deveria “criar vias de comunicação com o Amazonas através do

interior do país”. A abertura dos caminhos deveria ser seguida pela implantação de “núcleos de civilização”, isto é, construção de acampamentos, campos de pouso e instalação de bases radiofônicas. A vanguarda deveria atravessar os estados de Goiás e Mato Grosso, tendo como objetivo principal desbravar as regiões da cabeceira do Rio Xingu, consideradas uma “das mais desconhecidas da terra”.¹⁵ O projeto a ser executado pelos escalões seguintes consistia em melhorar os caminhos e fixar cerca de 200 famílias por ano em pontos favoráveis para agricultura e instalação de campos de aviação. Obedecendo aos interesses estratégicos e militares do Governo, a Roncador-Xingu, previa além do aproveitamento dos recursos naturais e humanos daquela região, sua incorporação à rota aérea nacional. Cabe destacar a criação da Força Aérea Brasileira (FAB)¹⁶ em 1941 e a doação de um avião pelo Ministério da Aeronáutica para os trabalhos de transporte da expedição.¹⁷

O antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, ao chamar a atenção para as relações entre a lógica de formação do Estado Nacional no Brasil e o molde colonizador ibérico, aponta que: “É a força militar que territorializa, pela sua fixação em unidades administrativas, impondo um controle centralizado a redes sociais a serem compostas em uma única comunidade política”¹⁸. Essa lógica pode ser identificada em diversos projetos do período republicano, como na Comissão Rondon e na Expedição Roncador-Xingu.¹⁹ Entretanto, durante o Estado Novo, foi o governo que alçou os militares para o centro decisório dos poderes estatais, a ideologia da expansão territorial, tônica da história do Brasil, passou a ser identificada com a própria ideologia do Estado através da Campanha da Marcha para o Oeste.

Ainda cabe notar que o contexto internacional do período entreguerras e, mais especificamente, da Segunda Guerra Mundial, também contribuiu para dar uma nova posição aos militares e ao exército, assim como para içar a centralidade de medidas de territorialização da autoridade estatal. Faz parte desse contexto: a divisão regional do país nas décadas de 30 e 40, a criação do IBGE em 1934, a criação das Colônias Agrícolas em 1941 e a criação da *Coordenação de Mobilização Econômica (CME)*²⁰ em 1942.

Dentro dos trabalhos desenvolvidos pela CME destacamos a criação da Fundação Brasil Central (FBC), em 1943, responsável por “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”.²¹ Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela Fundação, cabia a ela a regulação do aparato estatal nos espaços percorridos pela Expedição Roncador-Xingu, de modo a consolidar a prática de colonização.²² Como aponta o sociólogo João Marcelo Maia, as atividades da FBC revelam “a centralidade do tema espacial em nossa formação e o modo como esse Estado se constituiu ao marchar pelo território, contribuindo também para criar novos lugares para a invenção social”.²³ Sendo assim, Maia aponta o Brasil Central como um “lugar crucial para a própria remodelação do Estado brasileiro, já que em seus terrenos disseminaram-se práticas de colonização e regulação da vida que ainda hoje são típicas da relação desse aparato com os cidadãos”.²⁴

Incumbida da promoção de migrações e investimento em infraestrutura de transporte e comunicação em áreas estratégicas, a Campanha da Marcha para o Oeste foi promovida como ação fundamental para a expansão das “fronteiras da civilização brasileira”, assim como para o desenvolvimento do país. Para o reconhecimento do conjunto de

preocupações que valorizavam os esforços de incorporação dos sertões e toda a ideologia nacionalista de integração nacional, a intelectualidade - principalmente aquela ligada ao Estado Novo - teve papel central.²⁵ Diversos intelectuais passaram a integrar cargos públicos, principalmente aqueles ligados aos meios de comunicação e políticas culturais. Como aponta a historiadora Maria Helena Capelato, nesse período “a cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram”.²⁶

Cassiano Ricardo (1895-1974), intelectual ligado ao modernismo paulista, exerceu a chefia do Departamento de Divulgação Político-Cultural da Rádio Nacional. Na condição de ideólogo do Governo, Ricardo produziu narrativas interessadas nos elementos definidores da cultura brasileira e suas possíveis implicações na esfera pública, de forma a mobilizar o passado em função de necessidades políticas de seu tempo.²⁷ Em 1940, o autor lançou a obra *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*, ensaio sociológico que procurou legitimar o ambicioso projeto de conquista do Oeste dos anos 1940. Partindo de uma explicação histórica fundada na tradição, as Bandeiras do período colonial foram lidas como o evento fundador da nação brasileira, responsável por moldar, até mesmo, seu caráter político. O culto ao “espírito bandeirante”, apropriado e reafirmado pelo Estado Novo, acabou por forjar a identidade nacional no movimento de “conquista do Oeste”.²⁸

Cabe notar que em 1940, momento da publicação de Cassiano Ricardo, o bandeirantismo já havia sido consolidado como principal pilar da identidade paulista por meio de uma ampla produção historiográfica, literária e até mesmo museológica. Dentre os diversos historiadores que

compuseram a historiografia da “epopeia bandeirante”,²⁹ como é o caso de Alfredo Ellis Jr e Alcântara Machado, destacamos a contribuição de Affonso de Taunay, escritor de *História Geral das Bandeiras Paulistas*, obra publicada em 11 volumes entre 1924 e 1950. Além de sua vasta produção historiográfica, Taunay compôs, através do Museu Paulista que dirigiu entre 1917 e 1945, um forte discurso visual, no qual o bandeirante paulista, devassador do interior da América nos séculos XVI e XVII, era o grande personagem.³⁰

Conforme a historiadora Kátia Abud, a “mitologia bandeirante” foi construída a partir de dois fatores principais: o bandeirante como símbolo da paulistanidade e como construtor da nacionalidade através da expansão territorial por ele promovida.³¹ Cassiano Ricardo, ao contrário dos historiadores citados, dedicou-se à construção de um discurso de viés sociológico com vistas à promoção de uma perspectiva nacional do bandeirantismo. Nos parece relevante ressaltar que ao escrever sobre o passado, os textos dos historiadores estão sempre enraizados em um presente, portador de intenções e interesses.³² Enquanto a leitura do passado colonial feita por Affonso de Taunay estava ajustada às pretensões hegemônicas da elite paulista, a de Cassiano Ricardo ajustava-se à construção de um discurso legitimador em torno da Campanha da Marcha para o Oeste e do próprio Estado Novo. Sendo assim, o contexto estudado se mostra fecundo para compreender as complexas relações entre produção e legitimação de discursos e a criação e concretização de projetos políticos.

São Paulo na vanguarda dos acontecimentos: a marcha da reconciliação

Para além do âmbito político-ideológico, destacamos a dimensão econômica do projeto de integração nacional. Promovida pelo discurso público como destino nacional, a Marcha para o Oeste consistia em um projeto de intervenção econômica. Como aponta Barsanufio Gomide Borges, a expansão da *fronteira*³³ foi uma proposta federal de alternativa para a condição agroexportadora brasileira, cuja fragilidade havia sido exposta após a quebra da bolsa de 1929 e a flutuação dos preços agrícolas no mercado internacional.³⁴

A crise do modelo liberal enfrentada no Mundo Ocidental nas primeiras décadas do século XX, ensejou o surgimento de doutrinas econômicas voltadas para a intervenção no mercado e para o planejamento econômico estatal. Esse movimento é percebido no Brasil através da ruptura do Estado oligárquico e do surgimento de novas forças políticas com a chamada Revolução de 30. Ancorado na perspectiva de um Estado centralizador e interventor, Getúlio Vargas apostou no modelo de desenvolvimento econômico orientado para a valorização do mercado interno. Foi criado um sofisticado aparelho burocrático de modo a realizar o planejamento do investimento em setores estratégicos, como a orientação de migrações e promoção de infraestrutura de transporte e comunicação. Segundo Borges:

Essa política de desenvolvimento, voltada para o setor de mercado interno, demandava ações do Estado que resultassem na “unificação da nação” e na criação de uma “economia nacional” que abolisse ou atenuasse o regionalismo econômico e político que configuravam o espaço brasileiro até o final da Primeira República. Para atingir tal objetivo, sem passar por uma revolução agrária, a conquista das áreas de fronteira era vista pelo poder como fator primordial.³⁵

O desenvolvimento do mercado interno, promovido como garantia de estabilidade e, até mesmo, de crescimento econômico, funcionou como força motora para a Campanha da Marcha para o Oeste. Alcir Lenharo, ao pensar as relações entre as políticas urbanas e rurais durante o Estado Novo, compreende que o projeto de valorização do trabalho e do trabalhador nacional e as políticas de expansão e colonização do oeste faziam parte de um mesmo programa ideológico. Conforme propõe o autor, o deslocamento de trabalhadores para novas áreas de colonização servia tanto para amenizar os conflitos sociais no campo, quanto para atender à crescente demanda do abastecimento urbano dos grandes centros.³⁶

Em amplo diálogo com Lenharo, Sandro Dutra e Silva, em trabalho desenvolvido sobre a fronteira agrícola na região do Brasil Central, aponta que o processo de expansão - já em curso desde as primeiras décadas do século XX - foi intensificada durante a década de 1940 com a Marcha para o Oeste³⁷. Do mesmo modo, Seth Garfield, em estudo que versa sobre a dimensão da dominação das populações indígenas durante a Marcha para o Oeste, afirma que o projeto previa a fixação do índio na terra, de modo a converter os indígenas em cidadãos produtivos.³⁸ Ainda cabe notar que a divulgação feita pelo jornal *O Estado de São Paulo* sobre a exploração da Expedição Roncador-Xingu, ressaltou as possibilidades de aproveitamento do solo das longínquas regiões para a agricultura e a criação de gado.

Desse modo, compreendemos que o aproveitamento econômico dos fundos territoriais do país previa a expansão da produção agrícola e da capacidade de circulação do capital interno. A ampliação e o fortalecimento do mercado interno eram parte do projeto de substituição de importações

e da criação de uma nova realidade agrícola para o país, compatível com o desenvolvimento urbano/industrial da época.³⁹

A urbanização e a introdução do *modus operandi* capitalista no Brasil Central era parte essencial das atividades desempenhadas nas várias frentes de atuação da Marcha para o Oeste. Como aponta Maria Eduarda Galvão, no rastro dos mil e quinhentos quilômetros de picadas abertas pela Expedição Roncador-Xingu viriam a nascer cerca de quarenta e duas cidades e vilas, além de estradas de rodagem e campos de pouso. Após a abertura dos caminhos pela vanguarda da expedição, ficava a cargo da Fundação Brasil Central introduzir as “comodidades ligadas à vida moderna e civilizada” de modo a atrair populações para as áreas recém-ocupadas.⁴⁰ Segundo Galvão, “o sertão adquiria uma nova face pelas mãos da Fundação. A chamada modernidade estava diretamente ligada ao progresso econômico da região e à existência de infraestrutura básica”.⁴¹

Embora fuja do recorte deste trabalho, cabe notar que entre as décadas de 1930 e 1960, o Brasil assistiu a um acelerado processo de urbanização, responsável por inverter o perfil demográfico do país na década de 1980.⁴² A fundação de Goiânia em 1934 seria marco significativo da nova realidade que, na década de 1960, culminaria na criação de um sofisticado projeto urbanístico para a transferência da Capital do Brasil para o Planalto Central.⁴³ A construção de cidades inteiras no interior dos estados de Goiás e Mato Grosso, trabalho realizado pela Expedição Roncador-Xingu e pela Fundação Brasil Central em meados de 1940, faz parte desse longo processo de transformação da realidade dos “fundos territoriais” do país.

Nesse mesmo período, São Paulo, grande centro industrial considerado o berço do progresso e da modernidade, representava a antípoda da realidade característica do Brasil Central. Não por acaso, o Estado e seus ideólogos, como Cassiano Ricardo, elegeram o bandeirantismo, considerado o lastro histórico do empreendedorismo paulista, como símbolo da Marcha para o Oeste. Além de despontar como grande símbolo da nova realidade que se pretendia para o Brasil Central, São Paulo, enquanto estado mais rico da Federação, era visto como a principal alternativa para angariar fundos para a concretização da Expedição Roncador-Xingu, tendo em vista os limites financeiros estatais impostos pelos tempos de guerra. O apoio político e econômico da elite industrial paulista para a execução da “moderna bandeira” foi mobilizado através da imprensa do estado, que fez ampla cobertura de divulgação.

Entre 1943 e 1947, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou 47 artigos sobre os trabalhos da expedição, sendo cerca de 80% deles nos dois primeiros anos⁴⁴. O processo de articulação entre o ministro João Alberto, idealizador da expedição, e Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, para o aparelhamento da expedição contou com ampla cobertura do jornal. Convém lembrar que a atuação da imprensa opera como força dirigente, mobilizadora e orientadora de temas e opiniões, podendo agir no sentido de promover dissenso, adesões e consensos. Conforme aponta Maria do Rosário Peixoto e Heloisa Faria Cruz:

[...] trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social

que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.⁴⁵

Dentre os diversos jornais do período, optamos por dar maior destaque para *O Estado de São Paulo*, um dos mais tradicionais e influentes jornais da capital paulista⁴⁶. Desde 1940 sob o jugo do Departamento de Imprensa e Propaganda, o jornal foi palco da conciliação entre o estado de São Paulo e o ministro João Alberto, antigo interventor escolhido por Vargas em 1930, foco das primeiras desavenças entre os paulistas e o novo Governo após a derrubada do poder oligárquico. Segundo Maria Helena Capelato, a substituição do então presidente do estado pelo militar pernambucano foi lida pela elite paulista como a primeira grave ruptura com os princípios liberais.⁴⁷

A *CME*, coordenada justamente por João Alberto, era responsável por orientar a economia brasileira no contexto de emergência gerado pela entrada do Brasil na guerra, assim como por estimular a produção agrícola e industrial do país. Responsável por instituir a Expedição Roncador-Xingu, a *Coordenação* foi incumbida de angariar o financiamento necessário para a realização do adentramento. O ofício enviado ao industrial Roberto Simonsen, em solicitação de apoio econômico, foi prontamente acolhido por ele, que desde 1937 agia no sentido de assegurar a participação e influência do seu setor na política econômica nacional.

No dia 13 de julho de 1943, cerca de um mês antes da partida da Expedição Roncador-Xingu, finalizada a negociação que aparelhou e viabilizou sua execução concreta, foi oferecido pela “classe econômica”

paulista um almoço a João Alberto. Em nome da “lavoura paulista”, Luiz Figueira Vicente de Melo saudou o “Coordenador supremo da economia brasileira (...) por escolha merecida do grande Presidente Getúlio Vargas”, e exaltou a Expedição Roncador-Xingu como “resultante do intenso sentimento de brasilidade do nosso Governo”. As palavras finais do representante dos grandes produtores rurais afirmaram a profunda confiança dos “lavradores e criadores de São Paulo” no projeto governamental do qual a expedição era parte, isto é, a Marcha para o Oeste. Por fim, João Alberto, de modo a consumir a aliança estabelecida entre o Governo Vargas e a elite industrial paulista, declarou que “o indiscutível desenvolvimento agro-industrial de São Paulo justifica que coloquemos este estado na vanguarda dos acontecimentos”.⁴⁸ Como se pode ver estava em curso um processo de reconciliação.

Nossa busca consiste em compreender a dimensão da Marcha para o Oeste que responde não apenas a um projeto de intervenção econômica e de valorização do mercado interno brasileiro, mas a um processo de reaproximação entre o Governo Vargas e do estado de São Paulo após 1937. A articulação em torno da Expedição Roncador-Xingu nos aproxima de compreender as diversas camadas desse processo de reconciliação entre a elite industrial paulista e o Governo Federal. João Alberto, antigo interventor do estado de São Paulo escolhido por Vargas em 1930 foi peça chave dessa articulação. O conflito dos anos 30, responsável por unir os democratas e os perreperistas paulistas contra o Governo Federal, resultou no rompimento entre o estado e João Alberto. Passada mais de uma década, num contexto no qual a elite industrial paulista mostrava-se mais aberta à política intervencionista de Vargas, o presidente elegeu novamente João

Alberto como representante dos interesses do Estado, para a articulação com a elite econômica paulista.

Por fim, vale notar que a partida da Expedição Roncador-Xingu rumo às regiões ainda não devassadas pelo homem branco foi precedida pela reprodução, em São Paulo, de uma tradicional cerimônia do período colonial. Na Basílica São Bento, ao lado do túmulo de Fernão Dias, consumou-se a missa de bênção da bandeira nacional a ser entregue ao chefe da Roncador-Xingu.⁴⁹ Amplamente noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, a cerimônia contou com a presença de diversas figuras importantes da época, como é o caso de Roberto Simonsen, um dos mais influentes industriais do período e responsável por articular o apoio político e econômico da Federação das Indústrias de São Paulo para a expedição. Do mesmo modo, durante a cerimônia, o renomado historiador Affonso de Taunay, presente no evento, entregou em mãos ao chefe da expedição um dos volumes de sua obra *História Geral das Bandeiras Paulistas*. A presença no mesmo evento de um nome de proa da intelectualidade paulista, como Taunay, e provavelmente o maior representante do setor industrial da época, personificado na pessoa de Simonsen, evidencia o entrecruzamento acerca das questões de ordem econômica e cultural, que no plano concreto encontram-se profundamente interligadas. O evento é significativo para reafirmar o investimento simbólico e concreto em torno do movimento de “conquista do Oeste” dos anos 1940.

Notas

* Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Possui Iniciação Científica concluída, intitulada “Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil

Central” (PIBIC-CNPq - 2017-2018). O trabalho recebeu Menção Honrosa no 30º Simpósio Nacional de História (ANPUH 2019). ORCID: 0000-0002-7559-5681.

¹ Entre 1870 e 1940, período de crescimento econômico e hegemonia política de São Paulo frente a Federação, operou-se a construção de uma identidade paulista. Em grande parte promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a afirmação do imaginário paulista se deu através da produção historiográfica e literária de intelectuais do estado. Ver: FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. SCHNEIDER, A. L. **Capítulos de História Intelectual: Racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

² MACIEL, D. P. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967) Fundação Brasil Central (FBC): A instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

³ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **História Econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019. pp. 215-148.

⁴ A categoria “fundos territoriais”, formulada pelo geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, foi elaborada a partir do diálogo com as noções de “território” e “território usado”, de Milton Santos. Segundo a formulação de Moraes, os “fundos territoriais” são espaços formais que ainda não haviam sido ocupados, mas que já apareciam representados na cartografia sob a jurisdição de alguma autoridade, isto é, trata-se de verdadeiras “reservas de espaço para a expansão futura da ação colonizadora”. Ver: MORAES, A. C. R. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

⁵ CAPELATO, M. H. **Os arautos do liberalismo**. Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 63.

⁶ VARGAS, G. **A nova política do Brasil**. Vol V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. p. 124.

⁷ CANCELLI, E. **O Estado Novo em Marcha para o Oeste**. Editora CRV. 2017. pp. 72-73.

⁸ Ver: A invenção (da memória) de São Paulo: os múltiplos discursos Bandeirantes. pp. 129-210. In: SCHNEIDER, A. L. op. cit., pp. 168-179.

⁹ “APARELHANDO A EXPEDIÇÃO À SERRA DO RONCADOR”. **Jornal “A Noite”** (RJ) Ano 1943/Edição 11252. p. 7. Biblioteca Nacional Digital Brasil.

¹⁰ Ver: SOUZA, C. V. e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997; LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Renavan: IUPERJ, UCAM, 1999;

¹¹ MORAES, A. C. R. “Sertão: Um “outro” geográfico”. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica: Terra Brasilis** (Nova Série), 4 - 5 | 2003. p. 4.

¹² AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, 1995. p. 146.

¹³ Ver: MACIEL, L. A. **A Nação por um fio** – Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon. São Paulo: EDUC, 1998.

¹⁴ Lideradas pelo engenheiro-militar mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon, as “Comissões de Linhas Telegráficas de Mato Grosso” atuaram durante três décadas sertão à dentro. Com o objetivo de instalar postos telegráficos pelo interior do país, no decorrer de sua atuação, a Comissão incorporou novas atribuições como a exploração geográfica, o estudo científico de botânica e zoologia e a catequização e civilização de populações indígenas. A experiência de Rondon frente à Comissão lhe rendeu postos importantes no âmbito da defesa das fronteiras nacionais e, sobretudo, da questão indígena. Durante os trabalhos da Expedição Roncador-Xingu, Rondon exerceu importante influência no que toca ao modelo de organização da expedição e sua atuação com as populações indígenas do Brasil Central. Sobre o assunto ver: MACIEL, L. A. **A Nação por um fio** – Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon. São Paulo, EDUC, 1998; KURY, L.; SÁ, M. R. (org). **Rondon: inventários do Brasil**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017; LIMA, A. C. de S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

¹⁵ Documento da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, do coordenador da Mobilização Econômica. In: OLIVEIRA, A. de P. **Roncador-Xingu roteiro de uma expedição**. Barra do Garças, Araguaia 1943 - Rio das mortes. Xavantina 1944. Goiânia: UFGO, 1976. pp. 175-176.

¹⁶ A Força Aérea Brasileira (FAB) foi criada por Getúlio Vargas através do decreto-lei nº 3.302, de 22 de maio de 1941.

¹⁷ GALVÃO, M. E. C. G. **A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas (FGV) Rio de Janeiro, 2014. p. 15.

¹⁸ LIMA, A. C. de S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995. p. 69.

¹⁹ A Expedição Roncador-Xingu foi declarada de interesse militar poucos meses após sua criação através do decreto-lei nº 5.801 de 8 de setembro de 1943. Ainda cabe lembrar que tanto a Comissão quanto a Expedição foram comandadas por militares, a primeira liderada por Marechal Rondon e a segunda pelo Tenente-Coronel Flaviano de Matos Vanique. In: OLIVEIRA, A. de P. **Roncador-Xingu roteiro de uma expedição**. Barra do Garças, Araguaia 1943 - Rio das mortes. Xavantina 1944. Goiânia: UFGO, 1976. p. 177.

²⁰ Órgão responsável pelo controle da economia brasileira em tempos de guerra cujo ministro era João Alberto Lins de Barros.

²¹ Decreto-Lei presidencial nº 5.878 de 4 de outubro de 1943. In: MEIRELES, S. **Brasil Central: notas e impressões**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

²² Entre os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Brasil Central (FBC) estava o controle das usinas *Central Sul-Goiana* e a *Frenteira*, assim como o controle dos entrepostos comerciais Brasil Central e a Estrada de Ferro Tocantins. A organização da FBC também contava com três bases, localizadas em Aragarças, Xavantina e São Félix, e seis escritórios administrativos, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Uberlândia, Rio Verde, Caiapônia, Belém e Santarém. Ver: MAIA, J. M. E. **Estado Território e imaginação espacial**. O caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. pp. 71-72.

²³ MAIA, J. M. E. **Estado Território e imaginação espacial**. O caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 201.

²⁴ *Ibid.*, p. 29.

²⁵ A construção desse conjunto de preocupações se deu a partir de dois níveis de atuação: o Ministério da Educação, que era voltado para a formação da cultura erudita, preocupada com a educação formal; e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que através do controle dos meios de comunicação buscava orientar as manifestações da cultura popular. Este último foi a arma de maior eficácia da disseminação do discurso varguista. A partir de sua atuação nos jornais, no cinema e no rádio (principal formador da consciência cívica e da opinião pública) foi fabricada a necessidade (e posteriormente a imagem) de uma grande comunidade nacional. Ver: VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. v. 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

²⁶ CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *op. cit.*, p. 125.

²⁷ TRUBILIANO, C. A. B.; MARTINS JUNIOR, C. M. A Marcha para Oeste e Cassiano Ricardo: um itinerário para a Nação. **Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH**. Patrimônio Histórico no Século XXI. Jacarezinho, dos dias 21 a 24 de Maio de 2008. ISSN: 978-85-61646-01-1.

²⁸ Sobre o assunto ver: COELHO, G. L. S. **Marcha para o Oeste: entre teoria e prática**. Programa de Pós-Graduação em História. UFG: Goiânia, 2010. Dissertação de mestrado; e ESTERCI, N. O mito da democracia no país das bandeiras. Dissertação, Mestrado em Antropologia, Universidade Federal Rio de Janeiro, 1972.

²⁹ Categoria desenvolvida por Antonio Celso Ferreira acerca do processo de construção de uma identidade paulista pautada no bandeirantismo. Ver: FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

³⁰ Sobre o assunto ver: ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. 2006. Tese. Doutorado em *Projeto História, São Paulo, v. 66, pp. 375-396, Set.-Dez., 2019*

História e Cultura Política, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

³¹ ABUD, K. M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante.** Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História da USP, 1985.

³² Ver: REIS, J. C. **O desafio historiográfico.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

³³ A expansão da fronteira é aqui compreendida não como um movimento de anexação de novos territórios, mas como a ampliação do raio de controle do Estado sobre os espaços já constituintes do território brasileiro. Isto é, a compreensão acerca da categoria fronteira adotada neste trabalho corresponde àquela da expansão territorial do modelo capitalista. Ver: BORGES, B. G. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980). In: SERPA, E. C. et al. (Orgs). **Escritas da História: intelectuais e poder.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2004, p.223-251. e OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma Re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977.

³⁴ BORGES, B. G. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980). In: SERPA, E. C. et al (Orgs.) **Escritas da História: intelectuais e poder.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2004. pp. 223-251.

³⁵ Ibid., pp. 224-225.

³⁶ LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30.** Campinas: Unicamp, 1986.

³⁷ DUTRA E SILVA, S. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

³⁸ Seth Garfield problematiza a dimensão indígena da Campanha da Marcha para o Oeste ao analisar o discurso propagado pelo Estado no sentido de dominar as populações nativas do interior do Brasil. O autor parte de um estudo de caso: o avanço da Expedição Roncador-Xingu nos territórios Xavante, de modo a compreender quais foram as alterações da economia, política e identidade cultural dessa etnia ao ser contatada pela frente de expansão. Ver: GARFIELD, S. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988).** São Paulo: Editora Unesp, 2011. pp. 4-49.

³⁹ Dentro da historiografia sobre o tema, existe a clássica produção de Otávio Guilherme Velho, na qual a “conquista do Oeste”, isto é a Campanha da Marcha para o Oeste, é entendida como projeto associado ao modelo de desenvolvimento industrial do Estado autoritário. Ver: VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** São Paulo: Difel, 1979.

⁴⁰ GALVÃO, M. E. C. G. **A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central.** Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 58.

⁴¹ Ibid., p. 60.

⁴² Entre 1930 e 1960, o perfil demográfico brasileiro passou pela inversão da relação entre a população rural e urbana. A multiplicação de centros urbanos pelo interior do país e o deslocamento interno da população foi responsável por alterar uma antiga realidade brasileira. Em 1930, 70% dos habitantes do país

encontravam-se em zonas rurais, em 1980 os mesmos 70% se encontravam em cidades. GOMES, A. de C. “População e Sociedade”. In: SCHWARCZ, L. M. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4. Olhando para dentro: 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, pp. 41-86

⁴³ VESENTINII, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

⁴⁴ O corpo documental composto por 47 artigos do jornal *O Estado de São Paulo* entre os anos de 1943 e 1947 sobre as atividades da Expedição Roncador-Xingu foram por mim encontrados em buscas na hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade. A consulta de periódicos paulistas do período e, sobretudo, do jornal *O Estado de São Paulo*, é fruto dos trabalhos desenvolvidos durante minha pesquisa de iniciação científica intitulada “Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central” e desenvolvida durante 2017 e 2018 através do financiamento PIBIC-CNPq da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

⁴⁵ CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, [S.l.], v. 35, dez. 2009. ISSN 2176-2767. pp. 258-259

⁴⁶ Durante a década de 1920, sob a direção de Júlio de Mesquita, o jornal se consolidou enquanto importante órgão de oposição ao poder oligárquico, apoiando a “Revolução de 30”. Entretanto, no pós-30, com a perda da autonomia sofrida pelo estado de São Paulo, o jornal passou a construir a oposição do novo Governo, sendo um dos principais articuladores da “Revolução de 1932”. Rigidamente censurado a partir de 1937 pelo Estado Novo, o jornal fecha um ciclo com sua interdição em 1940. Ver: CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. e CAPELATO, M. H. **Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

⁴⁷ CAPELATO, M. H. **Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 183.

⁴⁸ COORDENADOR DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA. O Estado de São Paulo - 13 de julho de 1943 p. 5.

⁴⁹ CERIMÔNIA da benção da bandeira nacional entregue à Expedição Roncador-Xingu. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 8 ago. 1943